

Sr. Presidente, ontem participei da reunião no Palácio dos Bandeirantes, na Casa Civil. Acompanhei toda a movimentação dos movimentos sociais de habitação, que fizeram uma marcha histórica caminhando 23 quilômetros do ABC até o Palácio dos Bandeirantes, reivindicando investimento na área da Habitação Popular, e houve uma reunião. Os representantes desses movimentos foram recebidos pelo chefe da Casa Civil, Samuel Moreira, e pelo secretário da Habitação, Rodrigo Garcia. Tivemos também a participação de outros deputados da bancada do PT.

O fato, Sr. Presidente, é que ficou muito clara para nós a omissão, a negligência do estado na área da Habitação. Eu ia falar da política educacional, porque eu atuo muito na área da Educação, que está totalmente abandonada, degradada pelo governo Alckmin, assim como a Segurança Pública, a Saúde e também a Habitação. Não há política habitacional, de fato, no estado de São Paulo.

Eu fiquei chocado, porque o movimento estava reivindicando, entre outras coisas, a desapropriação do terreno que fica ao lado da Scania, que já tem oito mil famílias acampadas. São oito mil pessoas que não conseguem mais pagar o aluguel, pois estão com dificuldade econômica. O Brasil está com 14 milhões de desempregados, é uma crise econômica sem precedentes, desemprego massificado.

As pessoas não têm mais como pagar o aluguel, então é legítimo que uma área como aquela, que está abandonada há 40 anos, uma área urbana que não cumpre nenhuma função social, seja ocupada. Uma empreiteira está utilizando a área para especulação imobiliária e deve para a prefeitura, pois não paga o IPTU. Deve muito para a prefeitura local.

A área está abandonada, e tem que cumprir uma função social. Não há nenhum projeto de construção de uma universidade, de uma escola, de uma praça. A ocupação é uma forma de resistência para pressionar o governo a investir em política habitacional. É altamente legítima aquela ocupação, e tem todo o nosso apoio e de vários setores da sociedade.

Ontem, na negociação, eu fiquei perplexo porque o governo não cede nada. Nós estamos aqui com o orçamento, e eu colocoí isso na discussão. Eu disse: “Nós vamos aprovar um orçamento de 216 bilhões de reais, sendo que o orçamento da Secretaria da Habitação é de um bilhão, setecentos e vinte e sete milhões de reais, e o da CDHU é de um bilhão e quatrocentos milhões de reais”. Não é possível que não haja trinta milhões para a desapropriação daquele terreno, para que assim haja uma parceria entre o governo estadual e o federal para a construção de casas de habitação.

Eu percebi que o governo é intransigente. Esse governo está a serviço das grandes empreiteiras, do poder econômico. Não tem 30 milhões para comprar o terreno, mas tem mais de 15 bilhões de desoneração fiscal para as grandes empresas. O próprio Tribunal de Contas já denunciou isso. São 15 bilhões para os grandes frigoríficos, para a Ambev, para as grandes mineradoras e para empresas do agronegócio.

Portanto, para o poder econômico há muito dinheiro, bilhões. Uma migalha de milhões não é nada para um orçamento como o nosso. Eu fiquei chocado, Sr. Presidente, e falei isso para o secretário da Habitação e da Casa Civil, Rodrigo Garcia e Samuel Moreira. A única coisa que o governo, com muito sacrifício, resolveu fazer, depois de muita insistência dos movimentos, dos representantes do movimento de moradia, foi um cadastramento das oito mil famílias que estão hoje acampadas naquele terreno abandonado pela empreiteira e que está sendo utilizado para especulação imobiliária.

O orçamento público tem que estar direcionado para a população, e não para o poder econômico, para beneficiar os setores empresariais, como eu tenho denunciado exaustivamente na Assembleia Legislativa. Portanto, todo nosso apoio à ocupação de São Bernardo do Campo, a ocupação Povo sem Medo.

Quero também aproveitar para manifestar meu total repúdio ao comportamento fascista, nazista, preconceituoso e autoritário do prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando, que foi deputado estadual aqui, mas se comporta de uma forma fascista contra aqueles moradores, contra as pessoas que estão ali acampadas lutando pela moradia popular, que não negocia, não recebe o movimento, não recebe nem os deputados. Nem os deputados são recebidos por ele, sendo que até ontem ele estava aqui no plenário, era deputado estadual, e entrou com uma medida para proibir o show do Caetano Velloso.

O Caetano Velloso ia fazer um show em apoio ao movimento da moradia popular. Ele esteve presente na segunda-feira no acampamento. Ia ter um show em apoio ao movimento. Estava ele, a Sonia Braga, vários artista, Letícia Sabatella, Emicida, Criolo, pois haveria a realização de um show em prol do movimento. O Caetano Velloso, um dos maiores artistas da história deste País, presente no movimento como esse que ia ser um show histórico, foi impedido pela prefeitura, que fez uma manobra jurídica acionando o Ministério Público. Daí uma juíza deu uma liminar proibindo o show, juíza essa que é denunciada e já foi inclusive afastada pelo Conselho Nacional de Justiça. Parece que ela foi denunciada por ter ligação com o PCC, com o crime organizado.

Censura, mordação, um absurdo total! Isso tem tomado conta do Brasil. Eles querem instituir novamente a censura. Exposições são proibidas no Brasil. Agora até show do Caetano Velloso é proibido. O Caetano Velloso disse que ficou perplexo. Ele falou “olha, só fui proibido na ditadura militar”. No processo pós-regime, depois de 85, ele não passou mais por isso. Na época da ditadura militar ele e Gilberto Gil foram presos e exilados. Depois que terminou a ditadura militar nunca mais houve esse tipo de situação.

Estamos vivendo esse momento no estado de São Paulo, um Governo que canaliza dinheiro público para os grandes empresários, para o poder econômico, e não investe na habitação popular.

Sr. Presidente, quero fazer esse protesto. Vamos lutar aqui para que haja aprovação no Orçamento de uma emenda - vamos defender uma emenda aglutinativa no final, porque já acabou o prazo de entrega - para que haja a destinação de verba, sim, para a construção de habitação popular e a compra desse terreno abandonado, que serve para a especulação imobiliária.

Finalizando, quero registrar que apresentei um projeto de lei, nesta Casa, autorizando o Poder Executivo a desapropriar aquela área e que ela tenha destinação social para a construção de casas para a população do estado de São Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo, pelo tempo regimental.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Doutor Ulysses, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, funcionários desta Casa, alunos que estão visitando a Assembleia Legislativa - frequentem mais, acompanhem e cobrem mais o trabalho desta Casa -, falarei hoje sobre falta de reconhecimento aos policiais de São Paulo.

Governador Geraldo Alckmin, o senhor sempre conta um caso para nós. Hoje eu vou contar um caso para o senhor. Quando o aluno vai bem, nos estudos escolares, o que o professor faz? Ele dá boas notas a esse aluno, ele reconhece o trabalho. Pois bem, governador, a sua Polícia, que o senhor constantemente fala que é a melhor polícia do Brasil, e eu concordo com o senhor, até porque eu comandi por três anos essa grande instituição que é a Polícia Militar de São Paulo, o senhor sempre fala que ela está lá em número um.

E veio agora o anuário de Segurança Pública do Fórum, com mais algumas reportagens, mostrar que é isso mesmo, a polícia de São Paulo está vencendo aqui em São Paulo. Os homicídios, que eram lá na casa dos 37 por 100 mil habitantes em 99, hoje cairam para 8,5. Lógico que ainda os números absolutos nos mostram que morrem muitas pessoas. Mas a Polícia está ganhando a guerra, governador. A Polícia está indo bem. É a primeira do Brasil em termos de redução de homicídios. Um “case” internacional. Mas é a última em reconhecimento, tendo um dos piores salários do País. Governador, são 1.216 dias sem reajuste salarial, isto é, três anos e três meses.

É lógico que o senhor tem, aí, as informações, mas só para o senhor acompanhar: a Aneel voltou de novo à bandeira vermelha e nós tivemos, recentemente, aumentos de gás, aluguel, plano de saúde. A inflação continua subindo nesses três anos, ainda que, neste ano, com menor intensidade. Mas o policial não está conseguindo arcar com as suas responsabilidades. Apesar disso, ele continua lá, continua firme, fazendo um bom trabalho.

Então, vamos reconhecer o trabalho do policial de São Paulo e, nessa esteira, de todo o funcionalismo. Se o senhor tem um grande estado, com toda essa pujança, é por causa dos seus colaboradores. E mais ainda: se os outros órgãos conseguem trabalhar, é porque há segurança, é porque a coisa está indo bem.

Mas vou ser bem honesto com o senhor, governador. O senhor falou, outro dia, em limite prudencial, mas eu reforço: no limite estão os policiais de São Paulo. Falta-lhes dinheiro; 100% da tropa está endividada, fazendo empréstimos para arcar com coisas normais do dia-a-dia. Temos um dos piores salários das polícias do Brasil. Polícias pequenas fazem esse reconhecimento que o senhor não faz aqui no estado de São Paulo. O senhor falou, lá em São Carlos e em Piracicaba, que iria dar o reajuste; falou o mesmo hoje no programa do Datena, no Bandeirantes.

Governador, parta para as ações concretas. Mande o projeto de reajuste para esta Casa. Eu não posso propor isso como deputado; se não, teria proposto. Pare de falar. Já estamos em novembro. Daqui a pouco, acaba o ano. Mande o projeto de reajuste. Queremos aprová-lo antes de aprovar o seu Projeto de lei no 920, que limita as despesas correntes, de modo que ficariâmos sem dar aumento por dois anos. Queremos aprovar o reajuste antes. Por quê? Porque estamos há três anos sem reajuste salarial. Faça esse reconhecimento para a sua polícia.

Fui seu comandante e sei que o estado é pujante. Neste ano, em fevereiro, o senhor declarou um superávit de um bilhão e meio. Estamos aprovando seu Orçamento agora, que deve ficar em torno de 210 ou 220 bilhões para o ano que vem. Faça esse reconhecimento a quem faz a diferença no seu governo: os policiais de São Paulo, que mantêm a democracia neste estado. Eles são o sustentáculo do seu governo, mantendo a sua autoridade. E o que é mais importante: protegem o cidadão de São Paulo. Fazem parto e morrem pelo cidadão de São Paulo, como falamos todos os dias aqui, infelizmente. Aliás, meu momento mais triste como comandante-geral foi entregar a bandeira para a mãe de um policial que morreu em serviço. Reconheça esse bom trabalho, governador. Reconheça o policial de São Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia e aqueles que nos acompanham nas galerias e através do serviço de som desta Casa, nós gostaríamos de lembrar uma coisa; parece-me que não mudou muito. Estive um pouco ausente, pois tive um procedimento de saúde. Mas, graças a Deus, superei. E agora estamos aí, para continuar nosso trabalho e cobrando. Aqueles que ajudaram a dar o golpe já pagaram a conta. Os mais ricos do País - 1% da população mais rica do País - ganharam de tantas formas que a gente nem consegue imaginar, nem dá para se ter uma ideia: os juros, a entrega da Petrobras através de leilões, e vão entregando o agronegócio, aquelas facilidades todas. Há deputados para ajudar a manter Temer lá e para votar aqueles projetos que tiram o direito dos pobres, arrancando o couro cada vez mais. Eles foram fazendo tudo isso. E agora o recurso continua faltando, e vai faltar mais porque eles entregaram mais. Venderam o País, nem é venda, mas um presente. Amazonas e por aí vai afora.

Falta agora para Saúde, para o serviço público, para a Educação. Eles estão tirando isso desses recursos, entregando para os ricos. É isso que está sendo feito no Brasil. A cada dia que passa, eles mandam um projeto para tirar um pouco mais. Pode observar: projetos que vêm lá de Brasília foram tramados por PSDB, PMDB, e aqueles deputados que ajudaram no golpe. E vêm agora as cobranças, que têm de ser pagas para tirar mais do povo. Mas já tiraram tanto! É um projeto atrás do outro para tirar até do salário mínimo. Vão tirar o recurso do salário mínimo, que já é uma tragédia.

É importante que nos previnamos porque, daqui para frente, vão querer tirar mais ainda. Parece que é uma coisa simbólica, que é simples, mas é difícil de enxergar. Eles só enxergam a corrupção porque a mídia fala o tempo todo. E os outros roubos que eles fizeram entregando tudo isso? Isso as pessoas não percebem, é difícil de entender. São cobranças que vêm de aumento do imposto, do aumento de desconto da Previdência para o servidor ter que pagar mais.

Tudo isso é reflexo desse golpe que foi dado, e que parecia que era distante. E agora mostra a cara. Para que serve essa mudança de sistema que eles implantaram? E querem continuar com isso, e a cada dia vem uma facada em cima dos pobres e dos trabalhadores. Tem o lamspe, que precisa de atenção. O estado de São Paulo precisa ter atendimento para os servidores públicos, e o governo precisa dar uma resposta. Eu sei, precisa tirar mais do povo para favorecer os ricos, e isso vai continuar. Mas vai chegar um momento em que a base do governo tem que dar satisfação, prestar conta. Os professores têm que prestar conta, mas eles querem tirar mais ainda deles. Não estão satisfeitos.

Nós vamos continuar cobrando. Temos um requerimento aprovado em março deste ano, e a nossa representante da Secretaria da Saúde, que é uma médica competente, não veio aqui ainda porque não deixaram. Quem não deixou ela vir é a própria Secretaria da Saúde do Estado. E, aí, fica esse rolo. Não foi dado satisfação; nós fizemos uma convocação e, a pedido do governo, o deputado pede vista, o outro deputado também pede, e vão pedindo vista para impedir que venha. Para vir aqui, como se fosse um favor para a Assembleia Legislativa, do trabalho que ela realiza - e que é importante no Estado inteiro - sobre a defesa da saúde. Avisa produtos químicos que contaminam, ela vir falar desse trabalho.

É isso que nós estamos pedindo: para a Comissão de Saúde recebê-la. Agora, se o Estado, se a saúde, se os superiores a ela não autorizam que ela venha, ela não pode vir. Recentemente, em uma outra atividade, ela esteve presente e veio espontaneamente aqui na Assembleia Legislativa. Não tem problema ela querer vir.

Houve uma audiência do mercúrio, da Secretaria da Saúde, e ela estava lá - não tinha problema nenhum. Agora, é preciso, já que não resolve o problema, liberar a pessoa para vir aqui - que não é favor nenhum.

Deixo aqui os meus registros e reclamações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, funcionárias e funcionários desta Casa.

Eu fui fazer uma visita à Santa Casa de Mogi das Cruzes. Um dos assuntos discutidos foi o lamspe. A Santa Casa atende, em média, 1.500 pacientes do lamspe, recebe 200 mil e o gasto é no valor de 250 mil, ou seja, a conta não fecha.

Nós estamos apelando aos diretores do lamspe que repassem para o atendimento dos professores e dos funcionários públicos, de uma maneira geral, um pouco mais para a Santa Casa de Mogi das Cruzes.

O que acontece? A porta de entrada dos funcionários públicos, que é separada do Pronto Socorro, está fechada, porque não tem mais vagas. Então, eles entram pelo Pronto Socorro que, como é aberto, a Santa Casa tem que atender. Ou seja, tem que ser repassado esse dinheiro.

Isso deve estar acontecendo em Osasco e em todas as cidades - no Estado inteiro. Está na hora de o governador fazer o repasse, à contrapartida dele, para que possa fechar essa conta. Nós não podemos deixar que os funcionários públicos paguem essa conta por falta de atendimento médico.

O provedor da Santa Casa diz que a porta está aberta - que é o Pronto Socorro. Será possível que não podem repassar, pelo menos, 50 ou 100 mil a mais por mês? Aqui eu tenho neuro, ortopedia, obstetria, UTI neonatal, cardiologia, mas a porta é assim: ela fecha porque esgotam o limite de consultas, mas as pessoas vão pelo Pronto Socorro.

Isso é para dar um alerta a quem estiver nos ouvindo do lamspe. Tem que haver um repasse a mais para a Santa Casa de Mogi.

Dentro dessa visita, que nós fizemos à Santa Casa, às 19h30 me ligaram e me disseram que, amanhã, seria paga uma emenda à Santa Casa. É uma emenda muito boa porque ela vem como custeio. Então, eu fui saber se pagaram mesmo. Até as 11h30 da manhã de hoje não tinha sido ainda confirmado pelo Banco do Brasil, mas, provavelmente, o Sr. Murilo comunicou que será paga hoje essa emenda.

Dizia o provedor: “sorte nossa que essa sua emenda veio para custeio, porque quando vem para um aparelho...”. “Eu tive que comprar aqui uma estufa e tive que comprar uns aparelhos que foram para a UTI”, de uma outra emenda que eu mandei. Essa estufa foi mandada pelo deputado Marcos Damásio. “Eu tive que comprar, depois comunicar a DRS para dizer: agora vocês podem pagar, aqui está a nota”.

E se atrasa e a Santa Casa está sem condição de pagar? Vejam a situação em que nós chegamos. As emendas nossas. Primeiro o hospital compra, para depois mandar a nota para poder ser mandada a emenda, o dinheiro da emenda.

Alguma coisa está errada. Secretário David Uip, vamos rever isso, porque o correto é mandar o dinheiro para que eles façam a compra com menor preço. Agora, a maneira que está aí está totalmente...

A emenda do outro deputado chegou, que é o deputado Marcos Damásio. A de custeio vão pagar de imediato, eles já vão comprar medicamentos. A que é do aparelho a DRS vai repassar depois.

Então, está numa situação tal que nós vamos ter que colocar somente para custeio, ou então eles corrigirem essa matemática que eles estão fazendo. Sr. Presidente, eu fui ver a situação da Santa Casa, por causa do número de partos.

O SUS paga sobre 290 quartos, e eles fazem, em média, 450 partos. Ou seja, 150 partos é aquele apelo que você vai fazer, para ver se o SUS repassa esse dinheiro. Aí dizia o provedor, junto com toda a diretoria, que é uma situação que parece o seguinte: nós não queremos que vocês atendam, a população não deve ser atendida, a população SUS.

Parece que existe esse jogo do Poder Executivo. Precisam ser adicionados - ontem eu falei - 10 leitos de UTI, e precisamos de pelo menos 30 leitos de vagas para as novas gestantes ou para outras gestantes, porque só há 37 vagas e precisa haver, pelo menos 55, 60 vagas. Isso para fazer 450 partos por mês.

Então, os nossos pacientes estão passeando. Eles saem de Salesópolis, Guararema Biritiba Mirim, Mogi das Cruzes e, às vezes, vão ganhar ou em Ferraz de Vasconcelos ou em São Paulo.

Com o aumento, o que eles vão fazer? Vão fechar pediatria - escutem bem - para fazer uma reforma, vão fechar a pediatria, tirar leitos da ortopedia, que é alta complexidade, fechar a parte que conta com um dos poucos apartamentos particulares, para poder aumentar esses leitos que custam seis milhões, e não se sabe da onde vai vir o dinheiro. Eles não têm.

Eles devem 67 milhões e têm um patrimônio de vinte e sete. É um jogo difícil, e o SUS não dá solução para isso, o estado não dá a solução para isso, e tem que ser feita essa reforma. Eu mandei uma emenda de 150 mil e eles disseram para mim o seguinte. Eu até tomei nota: “Olha, para fechar as contas deste ano, nós precisamos de 500 mil. Vossa Excelência está mandando 150 mil, muito obrigado, porque nós vamos encaixar isso aqui e comprar medicamentos e outras coisas, para podemos pagar o décimo terceiro mês dos funcionários”.

Então, essa deve ser a situação de praticamente todas as Santas Casas, e nós viemos aqui fazer esse apelo ao governador. Contingenciar tanto na área de Saúde, essa economia. Fala-va aqui o Camilo, falou o deputado Marcos Martins, o Doutor Ulysses sabe disso. O deputado Coronel Telhada também vem falando. Nós estamos mostrando o que se passa no estado na área da Saúde, com a Polícia Militar, com os professores. E quem que votemos o projeto para congelar salários!

Ontem, dia 31, foi o dia da bruxa. Isso é brincadeira de bruxa, pelo amor de Deus. As bruxas podem trabalhar para o bem e para o mal. Mas essa bruxa só está fazendo mal. É preciso fazer a reforma da Santa Casa.

Vejam o ridículo que acontece com o Ministério do Trabalho. Eles têm aproximadamente 900 funcionários. Há 30 vagas para pessoas com deficiência. Diz o edital: “Solicitamos pessoas com deficiência para trabalhar na Santa Casa.” Aparecem dois. Como não preenchem as 30 vagas, o Ministério multa. Multou com 50 mil. Além de estar amargando esse prejuízo, tem de pagar mais 50 mil para o Ministério do Trabalho.

Isso é brincadeira! Se eu estivesse recusando o deficiente, a pessoa com necessidade especial para trabalhar, vá lá. Eu não estou negando. Acontece que eles não vêm e ainda pago multa. Sou obrigado a ir à casa da pessoa e dizer: “Se você tem uma pessoa com necessidade especial, você tem de trabalhar na Santa Casa.”

Fiz essa visita à Santa Casa por vários motivos, principalmente por falta de leitos, conforme mostrei ontem, na obstetria e na UTI Neonatal. A situação é bastante delicada.

Espero que o Governo do Estado e o secretário David Uip deem uma atenção especial e nos ajudem a fazer essa reforma.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - O pedido de V. Exa. é regimental. Antes, porém, de dar por levantados os trabalhos por acordo de lideranças, a Presidência convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão solene a realizar-se segunda-feira, às 10 horas, com a finalidade de “Comemorar o Dia do Veterano da Polícia Militar”.

Bom feriado a todos.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 24 minutos.

\*\*\*

## 6 DE NOVEMBRO DE 2017 163ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidentes: CORONEL TELHADA e MARCO VINHOLI**
**Secretário: MARCO VINHOLI**

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - LECI BRANDÃO

Dá conhecimento de audiência pública que acontecerá amanhã, para debater a violência obstétrica. Discorre sobre o tema. Cita projetos de lei, de sua autoria, que tratam do assunto. Defende a participação de doulas durante a realização de partos.

3 - MARCO VINHOLI

Assume a Presidência.

4 - CORONEL TELHADA

Declara apoio ao tema apresentado pela deputada Leci Brandão. Mostra vídeo de parto realizado nas dependências da Rota, no último domingo. Enfatiza um dos papéis da Polícia Militar, o de prestação de serviços e de apoio à população. Informa e lamenta a morte de um aluno-soldado da Polícia Militar, na periferia de Praia Grande. Chama a atenção para o número de policiais assassinados no Brasil, segundo o parlamentar, maior que o de vítimas da guerra na Síria.

5 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

6 - MARCO VINHOLI

Discorre sobre a jovem de São José do Rio Preto, assassinada depois de oferecer carona em aplicativo. Faz reflexão sobre o caso. Comenta articulação da população em prol da instalação do Hospital de Câncer de Catanduva. Defende a implementação do programa Renova Bio. Lê trecho de reportagem sobre a destinação ilícita de recursos financeiros ao senador Aloysio Nunes, de quem sai em defesa.

7 - JOSÉ AMÉRICO

Discursa sobre o PL 874, de autoria do governo do estado. Avalia que a matéria prejudica os consumidores. Explica o procedimento atual para que uma pessoa inadimplente tome ciência de sua dívida. Tece críticas às entidades de crédito. Solidariza-se com a fala do deputado Coronel Telhada acerca da morte do jovem soldado.

8 - JOSÉ AMÉRICO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

9 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 7/11, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão solene a realizar-se hoje, às 20 horas, para “Homenagear o Graacc - Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer, com a outorga do Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo”. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Marco Vinholi para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - MARCO VINHOLI - PSDB - Proceda à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

\*\*\*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Chico Sardelli. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Engler. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Pedro Tobias. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PcdOB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Exmo. Sr. Presidente, deputado Telhada, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público que nos assiste pela nossa querida TV Assembleia, amanhã esta Casa sediará uma audiência pública para discutir a violência obstétrica. É uma atividade que será realizada com o apoio da ONG Elas por Elas e do Instituto da Mulher Negra também. Nessa audiência serão apresentados os números do relatório Violência Obstétrica “Pariás com dor”, dossiê elaborado pela Rede Parto do Princípio para a CPI “Violência contra as Mulheres”, do Senado.

De acordo com esse relatório, as principais causas de mortalidade neonatal no Brasil poderiam ser evitadas ou seus danos reduzidos por serem frutos de falhas na atenção à mulher durante toda a gestação. Temos a obrigação de combater esse tipo de violência, que desumaniza o parto e agride as mulheres e as crianças no momento mais frágil de suas vidas. Por acreditar de forma veemente nisso, nosso mandato apresentou alguns projetos de lei que estão na ordem do dia e prontos para serem votados.